

O CONCEITO DE COMUNIDADE DISCURSIVA: SUA APLICAÇÃO NO MEIO VIRTUAL*

João Paulo Eufrazio de Lima (Hiperged/UFC)

Resumo: Partindo-se dos estudos de John M. Swales (1990;1992;1998;2004) procuraremos discutir os avanços e questionamentos acerca do conceito de comunidade discursiva, tendo por intuito adaptá-lo ao estudo de comunidades online. Para isso, discutiremos também aplicações desse conceito no âmbito virtual com os trabalhos de Bernardino (2000), Araújo (2002) e Gaede (2003), levantando então sugestões para questionamentos levantados a partir desses estudos.

Palavras-chave: comunidade discursiva, blog, blogueiros

1. Considerações iniciais

Voltados inicialmente para o ensino de língua inglesa para estudantes estrangeiros de cursos superiores dos E.U.A, os trabalhos de John M. Swales (1990;1992, 1998) sobre a análise de gêneros textuais têm ganhado com o passar dos anos aplicações diferentes das inicialmente propostas, o que naturalmente torna necessária sua revisão. Nessa perspectiva, temos aqui a destacar os trabalhos que partindo da proposta swalesiana buscam adaptá-la ao estudo lingüístico do meio virtual, como propuseram Bernardino (2000), Araújo (2003) e Gaede (2003) os quais serão analisados no presente artigo.

O foco de trabalho desses autores e também foco desse trabalho é o conceito de comunidade discursiva swalesiano. Focalizamos nossa atenção nessa categoria porque consideramo-la fundamental para toda a análise de gêneros uma vez que nos fornece as bases para a compreensão dos usos de um gênero por um grupo, o que nos possibilita, por exemplo no contexto virtual, depreendermos mais sobre os usos e costumes lingüísticos dessa nova realidade.

Nessa perspectiva nosso objetivo aqui é fazer um sobrevôo panorâmico acerca da evolução do conceito de comunidade discursiva, partindo das propostas do próprio Swales até algumas aplicações feitas em grupos *online* pelos pesquisadores inicialmente citados. Por fim, com base em tudo isso daremos algumas sugestões nossas que acreditamos serem necessárias para uma melhor adaptação desse conceito ao meio virtual

2. O conceito de comunidade discursiva em Swales

Peça chave para toda teoria de gênero de Swales, o conceito de comunidade discursiva foi primeiramente delineado em 1990 e é justificado na concepção de que um gênero não pode ser completamente entendido e interpretado fora de seu contexto de uso, isto é, baseando-se tão somente em seus elementos lingüísticos. Assim para Swales (1990, p.58),

um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especializados da comunidade discursiva e dessa forma passam a constituir o fundamento do gênero. Esse fundamento modela a estrutura do discurso e influencia e limita a escolha de conteúdo e estilo¹.

Visto dessa forma, é indispensável para o estudo de um determinado gênero, a caracterização do(s) grupo(s) que o utiliza, uma vez que, são as necessidades desse grupo que dão forma e estabelecem seus contextos de uso. A relevância das pesquisas de Swales nessa área está certamente em sua procura de definir critérios empíricos que possam estabelecer um grupo como sendo ou não uma comunidade discursiva (CD). Sendo assim, para o autor (1990, p.9),

comunidades discursivas são redes socioretóricas que se formam afim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns. Uma das características que os membros

estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiarização com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos.

Dessa forma, as comunidades funcionam como uma espécie de nascedouro de ações tipificadas, que passam a semiotizarem-se na forma de gêneros, que assim servem como meios de interação e também de poder, na medida em que são controlados pelos membros mais experientes. Swales (1990, p.8) ainda define uma CD como “um grupo heterogêneo que compartilha objetivos e interesses ocupacionais ou recreativos”, o que a distingue de uma comunidade de fala que, para o autor, é “um grupo sociolingüístico homogêneo de pessoas que compartilham região geográfica e *backgroun*” (p.?).

Em Swales (1990), encontramos uma primeira tentativa de estabelecimento de parâmetros para definição de uma CD, proposta essa que foi bastante criticada² principalmente pelo fato de que o autor parece conceber uma CD como algo real, pertencente à realidade empírica, o que entrava em desacordo com a visão geral de comunidade de até então. Além disso, as críticas realçavam que Swales via uma CD como algo acabado, hermético, portanto, incapaz de incorporar novos gêneros, novos objetivos e um novo léxico. Foi com base nessas críticas que o autor procurou reformular o seu conceito de CD, alterando alguns dos critérios para o seu estabelecimento. Assim, em um trabalho posterior, Swales (1992) passou a defender que uma CD se caracteriza por:

1. possuir um conjunto de objetivos formulados publicamente e estabelecidos em parte, ou no todo por seus membros;
2. possuir mecanismos de intercomunicação entre seus membros
3. usar mecanismos de participação de forma a atender propósitos específicos como: canalização das informações, manutenção do sistema de crenças e valores, aumento do espaço profissional etc.
4. utilização de uma seleção de gêneros que visem a realização comunicativa de seus objetivos;
5. uma aquisição, ou mesmo busca de termos específicos;
6. possuir uma estrutura hierárquica explícita ou implícita que visa, sobretudo, orientar os processos de admissão e progressão no grupo.

Com essa reformulação, Swales (1992) dá margem a uma visão mais dialética de uma CD, visto vê-la não mais como algo acabado e hermético, mais sim como algo em evolução, capaz de expandir seu léxico, utilizar novos gêneros e reformular seus objetivos. Não obstante esses avanços, em ambos os casos, o conceito ainda peca no que diz respeito aos seus limites. Por exemplo, em uma universidade, quais os limites a serem observados por quem desejasse estudar a chamada comunidade discursiva acadêmica? O que poderia ser descrito como uma CD? Todos os *campi*? Cada *campus* separadamente? Cada área de conhecimento? Cada departamento? Ou ainda, será necessário cumprir todas as características propostas por Swales ou só uma parte delas? Neste caso, quais seriam as mais importantes?

É relevante salientar que Swales não ficou inerte diante das críticas que o seu conceito de CD sofreu. Por isso, Swales (1998) passa a fazer uma (re)avaliação das discussões em torno do referido conceito, refletindo acerca de obras publicadas por diversos pesquisadores que tiveram como ponto central uma avaliação dessa categoria. De todos, Swales passa a assumir, ainda que em parte, a dicotomia proposta por Killingsworth e Gilberson (1992)³ entre comunidade global e comunidade local (*global and local community*). Para os autores citados por Swales,

comunidades discursivas locais são grupos de leitores e escritores que habitualmente trabalham juntos em companhias, colégios, departamentos, vizinhanças, agências governamentais, ou outros grupos definidos por características demográficas específicas. Comunidades discursivas globais, em contraste, são grupos de escritores e leitores definidos exclusivamente por um comprometimento com espécies particulares de ação e discurso, não importando de onde e com quem trabalham (*apud* SWALES, 1998, p. 201)⁴.

A partir daí, Swales assume tão somente o conceito de comunidade local (que ele passa a chamar de comunidade de lugar), argumentando que “o outro tipo (comunidade global) “eu abro mão, por não ser central a orientação deste livro, embora haja similaridades e diferenças entre ambos no que diz respeito à [...] descrição” (2004, p. 204)⁵.

Para Swales (1998), uma comunidade de lugar (CDL) é um grupo de pessoas que trabalha junto (embora nem sempre), possuindo geralmente um nome, consciência dos papéis designados a cada

membro, um conjunto de gêneros, ritmo de trabalho e vocabulário próprios e uma consciência de sua história. Nessa nova tentativa de realinhar as características de uma CD, o autor busca, apropriando-se das discussões realizadas por outros pesquisadores, fazer um apanhado do já proposto, tirando daí suas próprias conclusões. Acreditamos que, ainda aqui o autor não conseguiu dirimir totalmente os problemas já apresentados nas tentativas anteriores, senão vejamos.

Ao que parece, ao assumir o conceito de comunidade discursiva de lugar, Swales pretendeu diminuir o problema da amplitude do conceito, que como visto, em suas primeiras versões, não deixava claros os seus limites. Parece oportuno retornarmos a questão já mencionada da comunidade acadêmica para perguntar mais uma vez: o que seria considerado uma CD? Todo o complexo ou os departamentos? Tais questionamentos parecem nos mostrar que, ainda assim, o fator lugar não é capaz de por si só dirimir essas dúvidas.

Ora, Swales (1998), ao assumir o conceito de comunidade discursiva de lugar, parece reduzir sua aplicação a comunidades menores, restringindo seu uso a fatores territoriais, reconhecendo inclusive que mesmo nesses casos, pode ocorrer de um grupo não poder ser definido como uma comunidade. Este é o caso, por exemplo, do *English Language Institute* que, segundo Swales (1998), não pode ser bem definido como uma comunidade de lugar por ser conservador no que diz respeito a mudanças, apesar de compartilhar todos os demais critérios elencados pelo autor.

Daí algumas questões: será necessário mesmo que para ser caracterizado com uma comunidade de lugar (ou CD) um grupo possua de fato todas as características elencadas bem definidas?, ou então, quais dessas seriam as mais importantes? Novamente o autor põe em suspense essas questões e, portanto, embora avançando, não consegue dirimir ainda problemas teóricos importantes para uma boa aplicação do conceito na realidade empírica dos variados agrupamentos humanos. Em suas últimas obras Askhave e Swales (2001) e Swales (2004), o autor não retoma as discussões sobre este conceito, o que nos instigou ainda mais a buscarmos contribuir e fazer avançar nas discussões, em parte baseado nos próprios trabalhos de Swales e em parte em trabalhos outros que usando esse conceito nos trazem uma dimensão empírica de sua aplicação, trabalhos este que resumidamente abordaremos a seguir.

3. Aplicações do conceito de comunidade discursiva de Swales

O primeiro trabalho a usar a categoria para o ambiente virtual foi o de Bernardino (2000) que, utilizando-se da metodologia para a análise de gêneros de Swales (1990; 1992), procurou caracterizar como gênero o depoimento dos Alcoólicos Anônimos a partir do estudo das listas de discussões produzidas por um grupo da internet, o qual ela procurou enquadrar segundo as características de uma comunidade discursiva segundo Swales.

Aplicando de forma bastante cuidadosa as seis características propostas para o reconhecimento de uma comunidade discursiva, Bernardino concluiu que de fato o grupo pesquisado se enquadrava nos moldes propostos por Swales. Apesar disso, percebe-se que, em alguns pontos houve redundâncias e até discrepâncias quanto a essa mera aplicação direta do modelo swalesiano, senão vejamos.

O grupo analisado pela autora é o grupo *online* aa-sobriedade, que teve sua origem no também grupo *online* AAA (Alcoólicos Anônimos Agnósticos), que visava estabelecer contato mediado por computador entre dependentes do álcool, sendo que esse grupo diferencia-se dos demais por procurar afastar-se do proselitismo religioso encontrado nos demais grupos, embora, como reconhece a autora, com a ampliação desse grupo esse propósito agnóstico deixou de ser fundamental, o que ocasionou o surgimento do aa-sobriedade, modernamente ligado ao OIAA (The online Intergroup of Alcoholics Anonymous).

Dessa forma, Bernardino procura caracterizar o grupo aa-sobriedade, ramo do AA como uma comunidade discursiva virtual, utilizando-se para isso do conceito de Swales de 1992, que dispõe de seis critérios para a identificação de um grupo como tal, como veremos a seguir em nossa resenha do trabalho de Bernardino.

Nossa indagação já de antemão é: podemos falar em uma comunidade discursiva do AA ou devemos separá-lo em diversas comunidades discursivas pertencentes ao domínio do AA: aa-sobriedade, AAA e os diversos grupos locais? Embora Bernardino vislumbre diferenças entre os diferentes grupos do AA, a autora não chega em nenhum momento a se posicionar sobre isso.

Essa dificuldade de amplitude do conceito fez com que a autora reconhecesse que já o primeiro

critério que diz respeito aos objetivos fosse problemático, por haver objetivos conflitantes entre as diversas tendências do grupo analisado. Ainda devido a isso, a autora refletiu que da mesma forma o conjunto de gêneros pode variar de um ramo para outro e que até a relação membro *expert* e iniciante pode variar também já que essa relação pode ser diferente se comparados os grupos locais e o grupo online, uma vez que é possível um membro ser tido como *expert* por um grupo local e ser iniciante no grupo *online* e *vive-versa*.

Quanto ao terceiro, quarto e quinto critérios, referente ao fato de o grupo possuir mecanismos de intercomunicação, participação e gêneros que servem para a consecução de seus objetivos, a autora chega a reconhecer que os gêneros utilizados pelo *aa-sobriedade* servem como mecanismos de intercomunicação entre os membros e que são bastante diversificados englobando revistas, panfletos, depoimentos e *emails*, dentre outros. A questão a ser levantada aqui é se de fato podemos separar os mecanismos de intercomunicação dos gêneros já que os exemplos citados pela autora são os mesmos para um e outro.

Uma pesquisadora que também questionou essa separação foi GAEDE (2003) que tratou de caracterizar como comunidade discursiva um grupo de internautas situados no e-groups do Yahoo, que àquela época já se estendia há quase dois anos, e que se chamam “a sociedade dos anéis”.

A autora chega a dizer que: (p. 13)

É importante esclarecer que a distinção entre o segundo e o terceiro critérios não fica clara nas explicações do autor. Por exemplo, quando Swales explica o segundo critério, que diz respeito aos mecanismos de *intercomunicação*, ele diz que “os mecanismos de *participação* variam de acordo com a comunidade” (grifo nosso) (Swales, 1990, p. 25). Qual seria então a diferença entre os mecanismos de intercomunicação e os de participação? É apropriado separar os mecanismos de intercomunicação e os de participação? Não encontramos resposta a essas perguntas na exposição do autor, mas podemos inferir que essas duas categorias (de intercomunicação e de participação) não são mutuamente excludentes. Ao nosso ver, todas as formas de comunicação utilizadas por uma comunidade seriam de intercomunicação, assim, essa seria a categoria mais ampla, dentro da qual estaria situada a mais estrita, a dos mecanismos de participação, levando em conta que não é possível haver participação sem

intercomunicação. Assumimos neste trabalho, portanto, que a participação é uma das funções dos mecanismos de intercomunicação.

Apesar disso na aplicação dos critérios a autora segue o modelo de Swales sem modificações. Além do mais, como vimos anteriormente, os mecanismos de intercomunicação também confundem-se com os gêneros, o que nos leva a indagar se de fato podemos separar em critérios diferentes os três ou se devíamos uni-los em um só critério.

Outro importante trabalho que procurou lidar com esse conceito foi a Dissertação de Araújo (2003), que pesquisou um determinado grupo pertencente a sala 01 do bate-papo do Uol, grupo que se autodenominava “tanans”. Logo no início de sua análise o autor pondera que dado o dinamismo e à possibilidade do anonimato mantido pelo *nickname*, as salas de chat da internet dificilmente assumem um caráter de grupo que os leve a “uma prática comunicativa cada vez mais regular no sentido de “ritualizar” a comunicação e “normatizar o discurso” (ARAÚJO, p. 110) de forma a que possam se constituírem em uma comunidade discursiva, mas que, apesar disso, vislumbrou nesse grupo específico a possibilidade de empregar-se o conceito swalesiano integralmente.

Dessa forma, como os demais trabalhos o autor seguiu todos os critérios propostos por Swales e, ao contrário dos outros dois, não parece ter percebido que como resultado de suas análises houve redundâncias entre os critérios dois, três e quatro, o que é naturalmente explicável por não ter sido esse o foco de seu trabalho.

A pesar disso tudo este trabalho chama-nos a atenção em particular pelo fato de que o pesquisador buscou aliar o conceito de comunidade discursiva de Swales ao de comunidade virtual de Lévy. Essa perspectiva pode ser um bom ponto de partida para uma compreensão e descrição mais pormenorizada de grupos que integram a *world-wide-web* que, ao contrário dos estudados por Swales, apresentam diversas peculiaridades do meio digital, como a desterritorialidade e o possível fato de se manterem anônimos os locutores.

5. Conclusões

Como visto, apesar de controverso, o conceito de comunidade discursiva de Swales tem sido empregado com certa frequência entre os pesquisadores da área de análise de gêneros com resultados considerados satisfatórios. Contudo, há a necessidade de uma redefinição dos critérios

propostos por Swales de forma a solucionar possíveis redundâncias como as possibilitadas com o emprego separado dos critérios dois, três e quatro. Para isso, sugerimos aqui a junção desses três critérios em um só, sobretudo em contextos virtuais, visto que praticamente toda intercomunicação e participação dão-se através dos gêneros digitais, já que pouco dão-se encontros presenciais entre os membros de uma comunidade nesse contexto.

Para a solução da questão da amplitude do conceito, propomos sua divisão em comunidade discursiva global, mais ampla e que pode possibilitar abrigar em si comunidades discursivas locais, que apesar de manterem o mesmo objetivo entre si, podem ter variações quanto ao repertório de gênero ou pequenas peculiaridades lexicais isoladamente. Assim por exemplo em Bernardino (2002) poderíamos ter uma comunidade discursiva global do AA que abrigaria em si comunidades discursivas locais que mantêm um vínculo entre si, por possuírem um mesmo objetivo comum: o de “evitar o primeiro gole”, como diz a autora, mas que podem variar, como de fato constatou a autora, quanto ao repertório de gênero e até mesmo às atribuições de membro *expert* e iniciante como visto.

Com isso pretendemos trazer propostas que esperamos serem melhoradas ainda mais por outros trabalhos que venham a nos fornecer futuramente um modelo para o estudo de comunidades discursivas em ambientes virtuais. Para isso desde já estamos estendendo nossas pesquisas analisando um grupo particular de internautas que se auto-denominam “blogueiros”, trabalho esse que se concluirá com a elaboração de nossa dissertação em andamento. Acreditamos que outras aplicações desse modelo a outros grupos *online* seguido de análises e reavaliações das questões aqui levantadas são necessárias para esse intento final de conseguirmos um modelo mais adaptado ao estudo de grupos estabelecidos no ambiente virtual.

4. Referências

ARAÚJO, J.C. **Chat na Web: um estudo de gênero hipertextual**. 2003. 179 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística). Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2003.

ASKHAVE, I. & SWALES, J. M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**. OXFORD, UK, v. 22, n. 2, 2001. pp. 195-212.

BERNARDINO, C. G. **Depoimento de alcoólicos anônimos: um estudo do gênero textual**. 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GAEDE, C. R. **A comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis: caracterização e condições de participação**. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SWALES, John M. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M. Re-thinking genre: another look at a discourse community effectis. In: Re-thinking Genre Colloquium, 1992, Carleton University, Ottawa. Mimeo.

Swales, John. M. **Other floors, other voices: a textography of a small university building**. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1998.

SWALES, John M. **Research Genres: exploration and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

(Notas)

* O presente trabalho se insere em minha dissertação intitulada: “A ação de bloguagem na web: critérios para o estudo de comunidades discursivas virtuais”, em andamento no grupo de pesquisa Hiperged do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

¹ Tradução nossa de... “A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style” (SWALES, 1990, p. 58).

² O próprio Swales (1998, p.196-208) disponibiliza um resumo das críticas feitas a sua conceituação de comunidade discursiva.

³ KILLINGSWORTH, M.J., & GILBERTSON, M.K. (1992). **Signs, genres, and communities in technical communication**. Amityville, NJ: Baywood.

⁴ Tradução nossa de “local discourse communities are groups and writers who habitually work together in companies, colleges, departments, neighbourhoods, government agencies, or other groups defined by specific demographic features. Global discourse communities, by contrast, are groups of writers and readers defined by a commitment to particular kinds of action discourse, regardless of where and with whom they work”.

⁵ Tradução nossa de: “the other kind I leave, as it has not been central to this book’s orientation, although there will be both similarities and differences with the ensuing depiction”. (SWALES, 2004, p. 204).